



PROCIV

BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL / N.º22 / JANEIRO 2010 / ISSN 1646-9542

ÍNDICE



NOTÍCIAS — PÁG. 2/3

- > QREN: Mais 22 milhões de Euros para Bombeiros e Protecção Civil
- > FirePro 2009: Encontro Internacional de Bombeiros
- > 1.º Congresso de Protecção contra Radiações de Países e Comunidades de Língua Portuguesa
- > Vasco Franco reuniu com CODIS de todo o país



> ANPC tem novos DN

- NOTÍCIAS DOS DISTRITOS — PÁG. 4
- > Porto: segurança escolar
 - > CDOS de Évora na IX Feira do Montado
- TEMA — PÁG. 5
- > Conferência do Clima sem acordo
- DESTAQUE — PÁGS. 6/7/8/9
- > União Europeia



LEGISLAÇÃO — PÁG. 10

- > Concessão de medalhas de mérito de Protecção e Socorro no grau prata e distintivo azul a Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
- QUEM É QUEM — PÁG. 11
- > Gabinete de Emergência Consular
- AGENDA — PÁG. 12

22

Janeiro de 2010

Distribuição gratuita

Para receber o boletim PROCIV em formato digital inscreva-se em:

www.prociv.pt

EDITORIAL

De olhos voltados para o planeta

Iniciamos o ano de 2010 de olhos voltados para o planeta, porque as mudanças que estamos a assistir estão a dar-nos sinais que não podemos ignorar. As descidas bruscas de temperatura que podem levar a vagas de frio, ou as temperaturas mais elevadas no Verão que nos podem conduzir a ondas de calor são, entre outras razões, causas suficientes para que apostemos cada vez mais na prevenção, no planeamento e na cooperação com outros países.

Este número do Boletim PROCIV reflecte, ainda que parcialmente, o que tem vindo a ser feito no plano internacional. Não apenas no contexto estrito da protecção civil mas também no plano mais alargado da protecção ambiental. Por essa razão dedicamos, nesta edição, um espaço próprio à Conferência do Clima, que se realizou recentemente em Copenhaga. Dos seus resultados (ou da falta deles), um há que se destaca: elevam-se as preocupações e a consciência de que esta será uma década para, todos juntos, protegermos o planeta.

Uma última nota: Nas primeiras horas do dia 17 de Dezembro de 2009, Portugal registou o maior abalo sísmico dos últimos 40 anos, felizmente sem consequências de maior. Foi impressionante o fluxo de informação gerado, na internet, em diversas redes sociais, logo após a ocorrência. Temos, assim, por desafio, que transformar a informação em conhecimento e fazer do conhecimento a base de uma melhor preparação.

Arnaldo Cruz

GNR/SEPNA visita Protecção Civil

Um grupo de 30 militares do Curso de Enquadramento Ambiental dos Agentes do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR visitaram a Autoridade Nacional de Protecção Civil no dia 24 de Novembro. No decorrer da visita assistiram a apresentações sobre a Protecção Civil em Portugal, operações de Protecção Civil e também ao vídeo sobre o Exercício PTQUAKE09. No final, visitaram o Comando Nacional de Operações de Socorro.

FirePro 2009 – Encontro Internacional de Bombeiros

Para assinalar o seu 75.º aniversário, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Águeda realizou, de 11 a 13 de Dezembro, o FirePro 2009 – Encontro Internacional de Bombeiros, que contou com a presença de diversos participantes oriundos de todo o país, bem como de outras regiões da Europa.

O encontro teve a intervenção de vários oradores, entre os quais o Comandante Operacional Nacional, Gil Martins, no Painel subordinado ao tema “Combate a incêndios florestais (exemplos internacionais)”. Também o Comandante Operacional Distrital de Aveiro, António Machado, assegurou o workshop subordinado ao tema “Organização Inicial de Teatros de Operações”.

Técnicos discutem revisão de planos

No âmbito dos trabalhos de revisão dos Planos Distritais e do Plano Nacional de Emergência de Protecção Civil, realizaram-se a 10 e 14 de Dezembro, na Guarda, Castelo Branco e Carnaxide, mais um conjunto de reuniões envolvendo o Núcleo de Planeamento de Emergência e representantes dos Comandos Distritais de Operações de Socorro.

O objectivo das reuniões foi o de analisar o andamento dos trabalhos em curso e discutir metodologias de planeamento que permitam assegurar a coesão dos diferentes instrumentos de planeamento de emergência, nos seus diversos níveis territoriais.

1.º Congresso de Protecção Contra Radiações de Países e Comunidades de Língua Portuguesa

A Sociedade Portuguesa de Protecção contra Radiações, em conjunto com a sua congénere do Brasil, organizou este Congresso, que decorreu entre de 24 a 27 de Novembro de 2009, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. A ANPC participou no referido Congresso com a apresentação de uma comunicação sobre o “Manual de Intervenção em Emergências Radiológicas”, divulgando o recentemente publicado Caderno Técnico #8, e fazendo parte da mesa redonda sobre a resposta de emergência a incidentes radiológicos.

Vasco Franco reuniu com CODIS de todo o país

O Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, reuniu no dia 2 de Dezembro com os Comandantes Operacionais Distritais (CODIS) para delinear estratégias de actuação e para se inteirar das dificuldades sentidas por cada um dos 18 CDOS, tendo em consideração as actividades e projectos previstos para 2010. A reunião teve lugar na sede da ANPC.

1.



Concluída instalação do Sistema de Gestão Documental da ANPC

Constituindo um dos objectivos da ANPC em sede de QUAR 2009, ficou concluída no mês de Dezembro, a instalação de um Sistema de Gestão Documental em toda a estrutura da ANPC. Esta ferramenta permitirá dar uma resposta às necessidades decorrentes do registo e circulação de documentos entre as diversas unidades orgânicas da ANPC e o exterior.

Reunião entre SEPC
e CODIS de todo o país

1.

QREN: Mais 22 milhões de Euros para Bombeiros e Protecção Civil

O Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, presidiu, no dia 18 de Dezembro, à cerimónia de homologação de 26 contratos do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) para a área da Protecção Civil e Bombeiros. Os 26 contratos correspondem a um investimento total de cerca de 22,3 milhões de euros, dos quais cerca de 15,6 milhões de euros são subsidiados por fundos comunitários.

A sessão, realizada no Salão Nobre do Ministério da Administração Interna, contou também com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, José Conde Rodrigues, e do Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco.

O período para a recepção de candidaturas ao Eixo Prioritário III – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) do QREN, decorreu entre o dia 16 de

Dezembro de 2008 e 10 de Março de 2009.

Foram admitidas 51 operações, correspondentes a um montante total de investimento de 55 milhões de euros, dos quais cerca de 38 milhões de euros são de comparticipação comunitária e 17 milhões de euros de comparticipação nacional. Destas 51 operações, 37 são construções e requalificações da rede de infra-estruturas pertencentes a Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e 14 respeitantes à aquisição de equipamento operacional, veículos e à elaboração de planos de emergência no âmbito da Protecção Civil.

2.



MAI na assinatura de contratos do QREN

2.

ANPC: nomeação dos Directores Nacionais de Bombeiros e Planeamento de Emergência

Na sequência da saída de Amândio Torres, engenheiro silvicultor, para a presidência da Autoridade Florestal Nacional, deixando vago o cargo de Director Nacional de Bombeiros, a ANPC conta, desde 16 de Dezembro, com novos Directores Nacionais de Bombeiros e Planeamento de Emergência.

Neste sentido, o lugar deixado por Amândio Torres foi ocupado por Susana Silva, licenciada em Engenharia do Território, que assumiu o cargo de Directora Nacional de Bombeiros. Para o lugar de Susana Silva, que desde 2007 desempenhava o cargo de Directora Nacional de Planeamento de Emergência, foi José Oliveira, licenciado em Engenharia Informática.

José Oliveira foi chefe da Divisão de Informática e Telecomunicações do extinto Serviço Nacional de Bombeiros entre 2001 e 2003, mantendo as mesmas funções até Março de 2007 no então Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Em Abril desse ano, com a constituição da Autoridade Nacional de Protecção Civil assumiu o cargo de Director da Unidade de Recursos Tecnológicos, com a responsabilidade das áreas de Informática e Telecomunicações. José Oliveira, que passou agora a Director Nacional de Planeamento de Emergência, participou na elaboração da candidatura de vários projectos, destacando-se o projecto “Protecção Civil Digital” (PCD) e o projecto “Sistema de Apoio à Decisão Operacional” (SADO).

José Gamito Carrilho, licenciado em Direito, mantém o cargo de Director Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Os novos Directores Nacionais tomaram posse no passado dia 16 de Dezembro, numa cerimónia presidida pelo Ministro da Administração Interna.

Apresentação de resultados POVT’09

A Comissão Directiva do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) realizou o dia 15 de Dezembro, no Museu do Oriente, a apresentação de resultados POVT’09. Além do balanço global do POVT até ao final de 2009 e do contributo deste Programa para a realização dos objectivos e estratégia da União Europeia, o evento contou ainda com apresentações que deram conta das acções realizadas e em curso e dos respectivos resultados nos seguintes domínios de intervenção do POVT: “Programa Integrado de Modernização das Escolas com Ensino Secundário”, “Plano de Acção para o Litoral – Combate à Erosão e Defesa Costeira” e “Rede Ferroviária de Alta Velocidade”.



DNB promove sessões de esclarecimento

A Direcção Nacional de Bombeiros, em colaboração estreita com os vários Comandos Distritais de Operações de Socorro e através de um dos seus Núcleos, promoveu em finais de Outubro e durante o mês de Novembro de 2009 um calendário faseado de “Sessões de Esclarecimento” por distrito, convidando a participar nestes os respectivos Presidentes das Federações Distritais de Bombeiros, ilustres representantes de cada uma das Direcções das Associações e elementos da estrutura de Comando dos Corpos de Bombeiros e outros colaboradores.

Estas acções visaram essencialmente um esforço por parte da DNB no sentido de sensibilizar os responsáveis destas entidades para iniciarem e, conseqüentemente, concluírem os seus processos de entrega para efeitos de Aprovação dos Regulamentos Internos dos Corpos de Bombeiros e Homologação dos seus Quadros de Pessoal que até ao momento se encontram em fase estacionária ou pendentes por motivos diversos, onde se identifiquem dificuldades a nível da sua formulação ou concepção.

Estas sessões têm sido bastante participadas, oferecendo-se ainda no final de cada sessão um período de debate destinado ao esclarecimento de dúvidas, comentários e sugestões trazidas ou a colocar pelos participantes convidados, e traduzem o ensejo de uma maior aproximação, transparência, e agilização dos vários procedimentos da competência da Direcção Nacional de Bombeiros e dos seus principais interlocutores e intervenientes.

NOTÍCIAS DOS DISTRITOS

Porto: segurança escolar

O Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto realizou, de 7 a 11 de Dezembro, sessões de esclarecimento dirigidas a estabelecimentos de ensino, no âmbito da elaboração e actualização dos Planos de Prevenção e Emergência.

Foi disponibilizado apoio técnico aos responsáveis de Segurança das escolas, de modo a que estes cumpram a legislação em vigor, tornando o espaço escolar mais seguro e minimizando os efeitos de uma potencial situação de emergência.

As sessões contaram com mais de uma centena de professores, de 83 escolas do distrito. O interesse demonstrado e a participação activa dos envolvidos para operacionalizarem os respectivos planos através do Clube de Protecção Civil traduziu-se num resultado positivo destas sessões realizadas.

CDOS de Évora na IX Feira do Montado

De 27 de Novembro a 1 de Dezembro decorreu em Portel a IX edição da Feira do Montado. O certame, dedicado à problemática do montado, seus constrangimentos e potencialidades económicas e sociais, contou com a presença do CDOS de Évora. A participação do CDOS neste evento permitiu a divulgação de medidas de autoprotecção e a sensibilização para a temática da protecção civil.



Temperatura aumenta mais em Portugal que no resto do mundo

Conferência do Clima sem acordo

O Instituto de Meteorologia regista que a temperatura média em Portugal subiu 1,2 graus desde 1930

Conferência do Clima

Não existe compromisso vinculativo entre os 192 países que estiveram reunidos na Dinamarca durante 13 dias.

A Conferência do Clima em Copenhaga fracassou, não existe compromisso vinculativo entre os países e o facto é que o clima e o ambiente do planeta estão em risco. A temperatura média em Portugal, por exemplo, está a aumentar a um ritmo mais rápido do que no resto do mundo, com um crescimento de 0,33 graus por década, segundo a análise climatológica da última década.

O Instituto de Meteorologia regista que a temperatura média em Portugal subiu 1,2 graus desde 1930, tendo-se verificado fenómenos extremos como chuvadas intensas, ondas de calor e vagas de frio prolongadas. Antes disso demorara um século para aumentar 0,8 graus. Esta diferença “significativa” explica-se em grande parte pela revolução industrial, que trouxe alterações nas emissões de dióxido de carbono.

As ondas de calor também têm sido várias no nosso país, uma delas com duração superior a 15 dias, resultando em vítimas mortais e incêndios florestais.

Na última década bateram-se alguns recordes: em termos de temperaturas máximas, 2003 registou a maior de sempre, com 47,4 graus na Amareleja. Já em 2005 se registou a temperatura mínima mais acentuada, nas Penhas Douradas, e em 2001 ocorreram fenómenos de precipitação elevada.

O aumento do calor em Portugal verifica-se pelo aumento do número de noites tropicais, com temperaturas mínimas superiores a 20 graus, e pelo aumento do número de dias de verão, com temperaturas máximas superiores a 25 graus.

O Instituto de Meteorologia regista que o ano de 2009 foi um dos dez mais quentes, sendo que oito deles verificaram-se desde 1990.

De um modo geral, as previsões do IM apontam para uma diminuição da frequência das chuvas, para um aumento das temperaturas médias e dos valores extremos, o que em termos de vivência humana se traduzirá mais directamente em períodos de excesso de calor ou de frio, seca prolongada, cheias e inundações.

Apesar do visível aquecimento global do planeta, representantes de 192 países estiveram reunidos em Copenhaga durante 13 dias sem terem chegado a um acordo que devia entrar em vigor antes de expirar o Protocolo de Quioto, em Janeiro de 2013, para travar de forma vinculativa as emissões de dióxido de carbono.



Reforço da Cooperação e Solidariedade

O Tratado de Lisboa e os Cidadãos Europeus

De uma forma global, o Tratado de Lisboa irá trazer melhorias que irão possibilitar à UE defender os interesses dos seus cidadãos numa base diária.

Como exemplos de benefícios para os cidadãos europeus, destacam-se:

- O direito dos cidadãos de solicitar à Comissão para que esta proponha nova iniciativa (“iniciativa dos cidadãos europeus”);
- Uma melhor protecção dos cidadãos através do novo status conferido à Carta dos Direitos Fundamentais;
- A protecção diplomática e consular de todos os cidadãos da UE, quando viajarem e viverem no estrangeiro;
- A assistência mútua contra catástrofes naturais ou provocadas pelo homem dentro do espaço da União, designadamente inundações e incêndios florestais;
- Novas possibilidades para lidar com efeitos transfronteiriços na área da política energética, protecção civil, bem como na luta contra ameaças transfronteiriças graves para a saúde;
- Acções comuns sobre como lidar com as organizações criminosas relacionadas com o tráfico transfronteiriço de pessoas;
- Luta contra o terrorismo através do congelamento de bens, durante a revisão judicial, garantido pelo Tribunal de Justiça Europeu;
- Abordagem mais democrática na tomada de decisão da União (reforço do papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais);
- Capacidade de fornecer uma ajuda financeira urgente a países terceiros.

Protecção Civil muda de Direcção–Geral

Resultante da eleição da nova Comissão Europeia, e numa lógica de adequar os serviços aos novos desafios que a Europa enfrenta, a Unidade de Protecção Civil, anteriormente integrada na Direcção–Geral do Ambiente, transita para a recém-criada Direcção–Geral de Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta às Crises. Esta mudança é vista de forma positiva, constituindo um desafio que possibilitará uma acção mais eficaz, assente numa abordagem integrada única.

Implicações na área da Protecção Civil

Com o Tratado de Lisboa é atribuída à União competência para desenvolver acções destinadas a aprovar, coordenar e completar a acção dos Estados-Membros em alguns domínios, entre os quais a protecção civil. Este Tratado institui assim uma base jurídica própria para a acção da União em matéria de protecção civil, estipulando que a UE incentiva a cooperação entre os Estados-Membros com vista a reforçar a eficácia dos sistemas de prevenção e protecção das catástrofes naturais ou de origem humana.

Em matéria de protecção civil, a acção da União passa a ter por objectivos:

- a) Apoiar e completar a acção dos Estados–Membros ao nível nacional, regional e local em matéria de prevenção de riscos, de preparação dos intervenientes na protecção civil dos Estados–Membros e de intervenção em caso de catástrofe natural ou de origem humana na União;
- b) Promover uma cooperação operacional rápida e eficaz na União entre os serviços nacionais de protecção civil;
- c) Favorecer a coerência das acções empreendidas ao nível internacional em matéria de protecção civil.

A cláusula de Solidariedade prevê a assistência mútua no caso de um Estado–Membro ser alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana.

O novo Tratado vem dar assim uma legitimidade jurídica à acção da União em matéria de protecção civil, traduzindo-se esta cláusula de solidariedade na expressão formal das acções que já têm vindo a ser desenvolvidas entre os países da UE e destes para com os países terceiros. O princípio da solidariedade, subjacente às acções em matéria de protecção civil desenvolvidas a nível nacional, é agora projectado a uma dimensão europeia, responsabilizando a Europa no domínio da gestão de emergências.



União Europeia

1.



III Fórum Europeu de Protecção Civil

1.

III Fórum Europeu de Protecção Civil

Decorreu, de 25 a 26 de Novembro de 2009, em Bruxelas, o III Fórum Europeu de Protecção Civil. O grande tema em debate foi a melhoria dos níveis de resiliência das sociedades europeias para fazer frente a grandes desastres e catástrofes.

A ANPC esteve representada no encontro por uma delegação de sete elementos, chefiada pelo Comandante Nacional, Gil Martins. A convite da Comissão Europeia, a Adjunta de Operações Nacional, Patrícia Gaspar, apresentou uma comunicação sobre os principais progressos e desafios futuros para a protecção civil europeia.

Na intervenção, foram passados em revista os resultados alcançados nos últimos sete anos no quadro do Mecanismo Europeu de Protecção Civil. Evidenciaram-se as inúmeras intervenções do Mecanismo, dentro e fora da UE, em resposta a situações de emergência, num total aproximado de 104, e destacou-se ainda o programa de formação do Mecanismo e a constituição dos módulos europeus de protecção civil.

Perante a constatação que, no actual enquadramento, é difícil melhorar muito mais a capacidade europeia para responder a situações de emergência, a representante portuguesa, durante a intervenção, lançou algumas ideias para o futuro, sublinhando que é fundamental consolidar as

ferramentas e projectos já existentes e, ao mesmo tempo, definir claramente que protecção civil se pretende para o futuro.

As três ideias apresentadas em Bruxelas incluem a criação de uma força europeia de resposta rápida, constituída com os recursos e meios de cada Estado-Membro da UE que desejasse aderir, garantindo uma permanente resposta a situações de emergência, dentro ou fora do espaço europeu; a criação de uma Academia Europeia de Protecção Civil, que se constituiria como um espaço privilegiado de debate e reflexão sobre esta matéria e, por último, o desenvolvimento de procedimentos operacionais integrados, criando assim uma doutrina única capaz de imprimir melhorias significativas na capacidade de intervenção conjunta, nomeadamente ao nível da interoperabilidade e comunicações.

Organizado pela Comissão Europeia, o III Fórum de Protecção Civil reuniu perto de 500 participantes, designadamente representantes de diversos serviços de protecção civil da União Europeia, das Nações Unidas e da Cruz Vermelha Internacional, de organizações não governamentais (ONG) e de organismos de investigação.

O grande tema em debate foi a análise da capacidade de resposta das sociedades para fazer face a grandes desastres e catástrofes.

2.



Intervenção da ADON Patrícia Gaspar no Fórum de Protecção Civil

2.

União Europeia

Reunião de Directores–Gerais de Protecção Civil

Desde 1999, a Comissão Europeia, em estreita colaboração com o Estado-Membro que detém a Presidência do Conselho da União Europeia, organiza uma reunião entre os Directores-Gerais de Protecção Civil. Estas reuniões, de carácter semestral, têm como principal objectivo promover um fórum de partilha de ideias e opiniões entre os Directores-Gerais, fomentando a reflexão sobre as matérias actuais debatidas ao nível da UE na área da Protecção Civil. Estas reuniões traduzem-se igualmente numa oportunidade única de aproximar e juntar, num mesmo evento, todos os dirigentes máximos europeus desta área e promover os contactos informais entre os Directores-Gerais e entre estes e a Comissão Europeia.

Foi neste quadro que Portugal participou na 23.ª Reunião de Directores–Gerais de Protecção Civil da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, da Croácia, da ex-República Jugoslava da Macedónia e da Turquia, realizada entre os dias 10 e 11 de Dezembro, em Gotemburgo, Suécia.

União para o Mediterrâneo debate Protecção Civil

A ANPC participou, de 17 a 19 de Novembro, em Aix-en-Provence (França), numa reunião de peritos de protecção civil da União para o Mediterrâneo (UpM), que reuniu meia centena de especialistas de 28 países. A reunião visou discutir formas de incrementar a cooperação futura em matéria de protecção civil entre os Estados–Membros da União Europeia e os restantes países da bacia do Mediterrâneo, numa lógica de trabalho até 2014.

As áreas de cooperação identificadas como prioritárias para o futuro foram a prevenção (identificação e cartografia de riscos, troca de experiências e boas práticas), os sistemas de alerta precoce (desenvolvimento do sistema de alerta para tsunamis e de sistemas de monitorização em geral), a formação (reforço da cooperação entre escolas de protecção civil, elaboração de um Manual Euro–Mediterrânico de Protecção Civil), a preparação (reforço dos módulos de protecção civil) e a cooperação operacional (integração de países da bacia do Mediterrâneo na rede do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil).

Apesar das diferentes organizações, metodologias e sistemas em prática nos países da área Euro–Mediterrânica, a reunião permitiu elencar um vasto conjunto de propostas

3.



Dos temas em agenda, destacam-se a prevenção (o desenvolvimento de directrizes comunitárias na área da prevenção foi uma das prioridades da presidência sueca), a avaliação da época de incêndios florestais de 2009 (em particular a Reserva Tática Europeia de Combate aos Incêndios Florestais – EUFFTR) e o reforço da capacidade da UE para responder a catástrofes.

Por fim, é de salientar que Portugal fez uma apresentação sobre o exercício PTQUAKE09, realizado em Maio último, através da visualização do vídeo realizado durante aquele exercício.

técnicas relativas a acções destinadas a aumentar a cooperação em matéria de protecção civil. Estas propostas serão agora apresentadas na próxima reunião de Directores–Gerais de Protecção Civil da UpM, a realizar no início de 2010, em Marrocos.



A cooperação com os países do Mediterrâneo Sul em matéria de Protecção Civil tem sido sempre defendida por Portugal. Em Outubro de 2007, na 1.ª Reunião Conjunta dos Directores–Gerais de Protecção Civil da União Europeia e dos Países do Mediterrâneo Sul, realizada no Porto (paralelamente à 19.ª Reunião de Directores–Gerais de Protecção Civil da UE), foram discutidas as melhores formas de se incrementar a cooperação futura em matéria de Protecção Civil entre os dois lados do Mediterrâneo.

Presidente da ANPC
na reunião dos DG
de Protecção Civil

3.

União Europeia

Programa de Formação do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil

O programa de formação do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, componente essencial na formação de quadros na área da gestão de emergência, destina-se a melhorar os níveis de preparação dos peritos que integram as missões de assistência, bem como a melhorar a coordenação e a transmissão de conhecimentos entre as equipas de intervenção.

Este tipo de formação, fundamental na preparação de peritos para intervenções internacionais no âmbito da Protecção Civil, dentro ou fora do espaço geográfico da União Europeia, foi lançado em 2004 e desde então tem-se desenvolvido e expandido de forma significativa.

Actualmente inclui 11 cursos divididos em três níveis: nível introdutório, nível operacional e nível de gestão.

Sistema de troca de peritos da União Europeia

O principal objectivo do Sistema de Troca de Peritos da União Europeia é o de contribuir para o reforço da cooperação comunitária na área da Protecção Civil, designadamente no domínio das intervenções de assistência no quadro do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil.

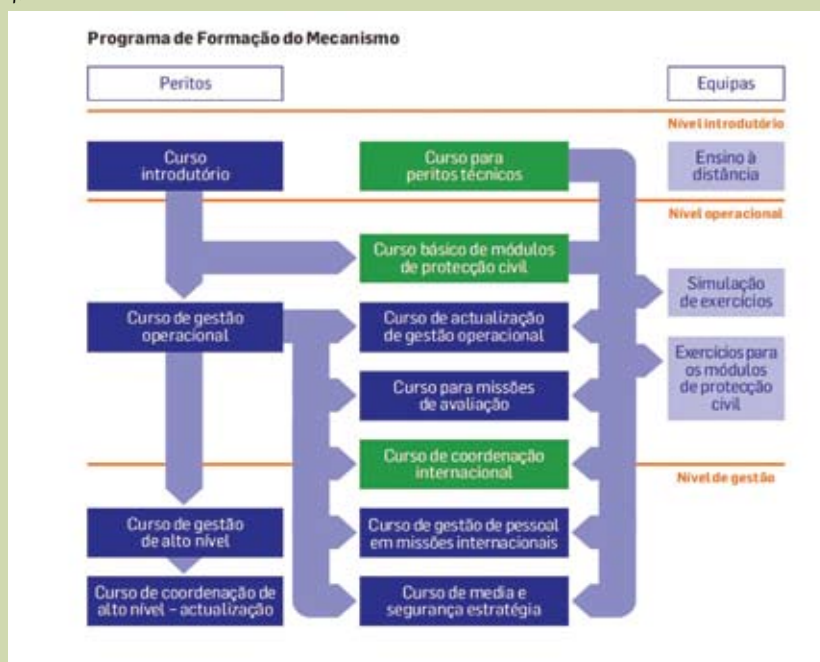
Em traços gerais, este sistema consiste no envio de um ou mais peritos de uma entidade com responsabilidades na área da Protecção Civil de um determinado Estado membro para uma outra entidade da mesma natureza, de um outro Estado membro.

Estas trocas visam a aquisição de conhecimentos, através da participação em acções de formação, troca de experiências em variadas áreas de actuação, bem como a familiarização com determinadas técnicas, estratégias e terminologias operacionais utilizadas no país de acolhimento.

Trocas de Peritos – Portugal

Curso / Acção	Local e data	N.º de participantes
Sistema de Protecção Civil	Portugal, 2004	1
Aviso e Alerta	Espanha, 2005	2
Incêndios Florestais	França, 2006	11
Aviso e Alerta	Alemanha, 2006	1
Organização de Posto de Comando	França, 2007	7
Organização de Posto de Comando	França, 2009	10

4.



Programa de formação do Mecanismo

4.

Legislação

Consulta em: www.prociv.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante.aspx

Despacho n.º 26396/2009, de 4 de Dezembro
Concessão da medalha de mérito de Protecção e Socorro, no grau prata e distintivo azul, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha.

Despacho n.º 26395/2009, de 4 de Dezembro
Concessão da medalha de mérito de Protecção e Socorro, no grau prata e distintivo azul, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arganil.

Glossário

NEVE

A neve (do latim nix, nivis) é um fenómeno meteorológico que consiste na queda leve, moderada ou forte de cristais de gelo. Usa-se o

termo nevão para uma tempestade de neve. A queda de neve costuma ser denominada como nevada. Cada cristal de gelo é uma precipitação

de uma forma cristalina de água congelada.

Publicações



Cercados pelo Fogo – Parte 2, Domingos Xavier Viegas

Na sequência do livro com este mesmo título, editado em 2004, Domingos Xavier Viegas publica neste volume um relato dos acidentes ocorridos nos incêndios florestais que deflagraram em Portugal no ano de 2005, causando a morte de 22 pessoas. Destinado ao público em geral, visando aumentar a sensibilidade das pessoas para o problema dos incêndios florestais, esta obra baseia-se no trabalho de investigação científica realizado por Xavier Viegas e pela sua equipa e tem como um dos seus objectivos retirar alguma aprendizagem das lições que estes acidentes nos transmitem, com vista a melhorar a segurança pessoal, não só dos Bombeiros, mas também de cidadãos comuns.

WWW

Euromed — http://ec.europa.eu/external_relations/euromed/index_en.htm

Esta página faz um pequeno resumo do que é a Euromed. Destacam-se vários assuntos como as relações comerciais da parceria euro–mediterrânica e a calendarização das actividades da Euromed, com especial destaque para a criação de auto-estradas marítimas e terrestres, assim como várias iniciativas no âmbito da Protecção Civil para combater catástrofes naturais provocadas pela acção do homem. Também é possível aceder a várias publicações, estatísticas, notícias e eventos.

Presidência Espanhola da União Europeia — <http://www.eu2010.es/en/index.html>

O cidadão, através deste site, tem acesso à calendarização dos principais eixos de actuação da Presidência Espanhola à frente da União Europeia. Destes, destacam-se como mais importantes a continuidade da aplicação do Tratado de Lisboa e a recuperação da economia. É ainda importante referir que existe diversa documentação disponível nesta página sobre a União Europeia e também sobre o país que irá agora acolher a Presidência da União Europeia.

Gabinete de Emergência Consular



A Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) é o serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) cuja missão se insere no domínio da gestão dos postos consulares e da realização da protecção consular, assegurando a efectividade e a continuidade da acção governativa no âmbito da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro.

O Gabinete de Emergência Consular está integrado na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e tem por missão a prestação de apoio consular, em situações de emergência, aos cidadãos nacionais que se encontrem no estrangeiro.

À Direcção de Serviços de Administração e Protecção Consulares compete assegurar o apoio consular aos cidadãos portugueses no estrangeiro no âmbito dos actos de protecção consular previstos no regulamento consular, nomeadamente nos casos de prestação de socorros, repatriação, assistência a detidos e a familiares de falecidos, bem como em situações de emergência, de risco, de calamidade ou de catástrofe.

Deverá ainda, no exercício das suas competências, cooperar e interagir com os agentes e operadores turísticos no sentido de antecipar o conhecimento da presença de portugueses no estrangeiro, com a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias previstos na lei, propondo a realização de repatriações e colaborando em operações de evacuação, assim como garantindo, em colaboração com as entidades competentes, o fluxo de informação de carácter económico junto dos agentes económicos estrangeiros.

Ao Gabinete de Emergência Consular compete ainda estudar, planear e coordenar acções destinadas a prevenir, controlar e gerir situações de crise ou emergência, mantendo actualizada a informação necessária à caracterização daquelas situações, delimitar a sua área de jurisdição, bem como coordenar e supervisionar a sua actividade e organização, apoiando-se na modernização e informatização das secções e dos postos consulares.

Dispõe de um Sistema de Gestão de Emergências que permite identificar os locais e o número de cidadãos nacionais que se encontrem em zonas de perigo ou que necessitem de assistência rápida sobre a sua identificação, contactos mais directos, percurso da viagem com indicação do país de destino, datas de partida e chegada, locais de pernoita e respectivos contactos, bem como a indicação, opcional, do nome de um familiar ou amigo a ser contactado em situação de emergência no âmbito do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

O Gabinete de Emergência Consular apresenta ao cidadão nacional um sistema de atendimento permanente 24 Horas, através dos números 707 202 000 ou do telemóvel 961 706 472.

www.secomunidades.pt

JANEIRO VISITAS À ANPC

Os formandos da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, os alunos do Curso de Promoção a Sargento–Chefe da Marinha e os Guardas do SEPNA /GNR deslocam-se à ANPC durante este mês para realizarem visitas de estudo ao Comando Nacional de Operações de Socorro.

12 JANEIRO – “CIVIL PROTECTION WORK PROGRAMME 2010” – BRUXELAS

Este evento destina-se a providenciar informação útil para o Instrumento Financeiro de Protecção Civil para 2010, delinear as prioridades para o ano e providenciar orientação útil na preparação de propostas e concursos.

13 JANEIRO – REUNIÃO MENSAL GRUPO DE TRABALHO PROCIV

Decorre em Bruxelas a primeira reunião do grupo de trabalho PROCIV sob a égide da Presidência Espanhola da União Europeia.

Sismos AUTOPROTECÇÃO

O sismo é um fenómeno natural, resultante de uma vibração mais ou menos violenta da crosta terrestre. Apesar de não se poder impedir ou prever os seus efeitos podem ser minimizados com comportamentos adequados. Manter a calma e saber agir pode marcar a diferença.

Siga as medidas de autoprotecção contidas neste folheto e divulgue-as.

PLANO DE PROTECÇÃO

Os adultos e as crianças devem dialogar sobre o que fazer se ocorrer um sismo.

Ensine às crianças como desligar a electricidade, a água e o gás.

EM CASA OU NUM EDIFÍCIO

Locais mais SEGUROS

- Vãos de portas, de preferência em paredes mestras.
- Cantos das salas.
- Debaixo de mesas, camas ou outras superfícies resistentes.

Locais mais PERIGOSOS

- Elevadores.
- Junto a janelas, espelhos e chaminés.
- No meio das salas.
- Saídas.

Tenha sempre à mão um estojo de emergência

- Rádio a pilhas.
- Lanterna a pilhas.
- Pilhas de reserva.
- Estojo de primeiros socorros.
- Medicamentos essenciais.
- Agasalhos.

Tenha sempre armazenados água e alimentos enlatados para 2 ou 3 dias.

Durante




Mantenha a CALMA!


- Em casa ou num edifício

- Dirija-se para um local seguro e mantenha-se afastado de janelas, espelhos, chaminés e outros objectos que possam cair.
- Ajoelhe-se e proteja a cabeça e os olhos com as mãos.
- Não se precipite para as saídas se estiver num andar superior do edifício. As escadas podem ficar congestionadas.
- Nunca utilize os elevadores.

- Se estiver na rua mantenha-se afastado dos edifícios altos, postes de electricidade e outros objectos que possam cair. Dirija-se para um local aberto.

- Se for a conduzir pare o veículo, longe de edifícios, muros, encostas, postes e cabos de alta tensão, e permaneça dentro dele.



CONSULTE TODOS OS NOSSOS FOLHETOS EM

WWW.PROCIV.PT

PROCIV BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Edição e propriedade – Autoridade Nacional de Protecção Civil **Director** – Arnaldo Cruz

Redacção e paginação – Núcleo de Sensibilização, Comunicação e Protocolo

Design – Barbara Alves **Impressão** – Europress **Tiragem** – 2000 exemplares **ISSN** – 1646–9542

Impresso em papel 100% reciclado RENOVAPRINTE.

Os artigos assinados traduzem a opinião dos seus autores. Os artigos publicados poderão ser transcritos com identificação da fonte.

Autoridade Nacional de Protecção Civil Pessoa Colectiva nº 600 082 490 **Av. do Forte em Carnaxide / 2794–112 Carnaxide**
 Telefone: 214 247 100 **Fax: 214 247 180** geral@prociv.pt www.prociv.pt